

18/10/2016

PRIMEIRA TURMA

**HABEAS CORPUS 126.731 ACRE**

<b>RELATOR</b>	<b>: MIN. MARCO AURÉLIO</b>
<b>REDATOR DO ACÓRDÃO</b>	<b>: MIN. EDSON FACHIN</b>
<b>PACTE.(S)</b>	<b>: DANIEL TAVEIRAS</b>
<b>IMPTE.(S)</b>	<b>: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO</b>
<b>PROC.(A/S)(ES)</b>	<b>: DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL</b>
<b>COATOR(A/S)(ES)</b>	<b>: SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA</b>

EMENTA: *HABEAS CORPUS*. VIOLAÇÃO DE DIREITO AUTORAL. ART. 184, § 2º, DO CÓDIGO PENAL. VENDA DE CD'S e DVD'S "PIRATAS". ATIPICIDADE DA CONDUTA. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. IMPOSSIBILIDADE. MATÉRIA FÁTICA. VALORAÇÃO PRÓPRIA DAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS. *WRIT* DENEGADO.

1. A quantidade de CDs e DVDs apreendidos não evidencia, de forma segura, a ausência de periculosidade social da ação. Assim, não se cogita da aplicação do princípio da insignificância.

2. Ademais, o exame de elemento fático deve ser realizado inicialmente pelas instâncias ordinárias.

3. Ordem denegada.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal, sob a Presidência do Senhor Ministro Luís Roberto Barroso, na conformidade da ata de julgamento e das notas taquigráficas, por maioria de votos, em denegar a ordem de *habeas corpus*, nos termos do voto do Senhor Ministro Edson Fachin, vencido o Senhor Ministro Marco Aurélio.

Brasília, 18 de outubro de 2016.

Ministro **EDSON FACHIN**

**HC 126731 / AC**

Redator para o acórdão

**18/10/2016**

**PRIMEIRA TURMA**

**HABEAS CORPUS 126.731 ACRE**

<b>RELATOR</b>	<b>: MIN. MARCO AURÉLIO</b>
<b>REDATOR DO ACÓRDÃO</b>	<b>: MIN. EDSON FACHIN</b>
<b>PACTE.(S)</b>	<b>: DANIEL TAVEIRAS</b>
<b>IMPTE.(S)</b>	<b>: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO</b>
<b>PROC.(A/S)(ES)</b>	<b>: DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL</b>
<b>COATOR(A/S)(ES)</b>	<b>: SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA</b>

### RELATÓRIO

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO – Adoto, como relatório, as informações prestadas pela assessora Dra. Mariana Madera Nunes:

O Juízo da Vara Única Criminal da Comarca de Manoel Urbano/AC, no processo nº 0000548-39.2010.8.01.0012, condenou o paciente à pena de 2 anos de reclusão, substituída por duas restritivas de direitos, em virtude da suposta prática do crime descrito no artigo 184, § 2º (exposição à venda de fonograma reproduzido com violação do direito de autor), do Código Penal. Formalizados embargos declaratórios, não foram conhecidos ante a intempestividade.

A defesa interpôs apelação no Tribunal de Justiça, sustentando a atipicidade da conduta do réu considerada a ausência de reprovabilidade. Pleiteou a aplicação da atenuante da confissão espontânea, ainda que fixada no mínimo legal. Afirmou mais gravosa a conversão da pena privativa de liberdade por duas restritivas de direito. A Câmara Criminal, ao prover o recurso, absolveu o paciente, assentando a incidência do princípio da insignificância, presente a inexpressividade da lesão jurídica provocada – R\$ 627,00.

**HC 126731 / AC**

Contra essa decisão, a acusação protocolou o recurso especial nº 1.389.464, aludindo à ofensa ao artigo 184, § 2º, do Código Penal. Arguiu-se a inadequação do princípio da bagatela, tendo em vista o grau de lesividade da conduta, por se tratar de exposição à venda de fonograma reproduzido com violação de direito autoral. Intimados a defesa e o paciente, não foram apresentadas contrarrazões. O Relator proveu o recurso, determinando o restabelecimento da sanção imposta pelo Juízo. Ressaltou o entendimento da Terceira Seção do Superior Tribunal de Justiça acerca do descabimento dos princípios da insignificância e da adequação social. Interposto agravo pela Defensoria Pública da União, foi desprovido pela Sexta Turma, que considerou típica a conduta.

Neste *habeas*, a Defensoria Pública da União busca a absolvição do paciente pela atipicidade material da conduta. Articula a inobservância ao princípio da intervenção mínima do Direito Penal e da adequação social. Destaca a recomendação aos procuradores da Fazenda Nacional, contida na Portaria nº 75/2012, pelo arquivamento das execuções fiscais inferiores a R\$ 20.000,00.

A Procuradoria-Geral da República opina pelo indeferimento do pedido.

Lancei visto no processo em 23 de setembro de 2016, liberando-o para ser examinado na Turma a partir do dia 18 de outubro, isso objetivando a ciência da impetrante.

É o relatório.

18/10/2016

PRIMEIRA TURMA

HABEAS CORPUS 126.731 ACRE

VOTO

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (RELATOR):

DIREITO AUTORAL – VIOLAÇÃO – PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. Descabe cogitar da atipicidade da conduta, sob o ângulo do princípio da insignificância, considerada a quantidade de material apreendido.

RECURSO – ACUSAÇÃO – CONTRARRAZÕES – AUSÊNCIA. No processo penal, as contrarrazões do réu surgem com importância maior.

Observem a organicidade do Direito. Descabe concluir pela atipicidade. O que se deve levar em conta é o objeto protegido – e, mais do que isso, a quadra vivenciada, reconhecendo-se que a pirataria grassa e precisa ser combatida, consoante assentado no julgamento do *habeas corpus* nº 98.898, relator o ministro Ricardo Lewandowski, Primeira Turma, em 20 de abril de 2010, acórdão publicado no Diário da Justiça de 21 de maio seguinte.

Houve a ausência de apresentação de contrarrazões da defesa ao especial interposto pelo Ministério Público, apesar de intimados o defensor dativo e o próprio réu. No processo-crime é indevida a potencialização da premissa a revelar que as contrarrazões consubstanciam faculdade da parte. O devido processo penal pressupõe a concretude da defesa. Protocolado recurso pelo Ministério Público, deixando de ser formalizada impugnação, cumpre intimar o réu para constituir novo advogado, e não o fazendo, designar defensor, conforme óptica adotada pela Turma no *habeas* de nº 98.664, da minha relatoria, em 23 de fevereiro de 2010, acórdão publicado no Diário da Justiça de 26 de março seguinte. Na fase recursal, o paciente esteve indefeso, valendo

**HC 126731 / AC**

notar que o Superior Tribunal de Justiça veio a reformar acórdão proferido, afastando a incidência do princípio da bagatela.

Assento a inadequação do princípio da insignificância à espécie. Ante a falta de apresentação de contrarrazões da defesa ao especial, implemento, de ofício, a ordem para proclamar a nulidade do acórdão formalizado pelo Superior Tribunal de Justiça no recurso especial nº 1.389.464, devendo ser tomadas as providências acima referidas.

É como voto.

**18/10/2016**

**PRIMEIRA TURMA**

**HABEAS CORPUS 126.731 ACRE**

**VOTO**

**O SENHOR MINISTRO EDSON FACHIN** - Senhor Presidente, do que examinei, verifico que o Ministério Público Federal concluiu pelo indeferimento da ordem nos termos parecer carreado aos autos; e, do exame que fiz, peço vênias ao eminente Relator, também concluí pela denegação da ordem, uma vez que a quantidade apreendida não evidencia, de forma segura, a ausência de periculosidade social da ação. E ademais, parece-me ser uma questão de fato a ser submetida às instâncias ordinárias.

Por essa razão, ainda que se refira a uma quantidade, em tese, diminuta de DVD's e CD's falsificados, entendo que a hipótese é de denegação da ordem, pedindo todas as vênias.

É como voto.

**18/10/2016**

**PRIMEIRA TURMA**

**HABEAS CORPUS 126.731 ACRE**

**VOTO**

**A SENHORA MINISTRA ROSA WEBER** - Eu, com todo o respeito à orientação do Ministro Marco Aurélio, com ela não comungo no sentido de chegar à decretação de nulidade do julgado pela ausência de contrarrazões.

E, aqui, o impetrante foi surpreendido com 116 DVDs e 24 CDs falsificados.

Acompanho o indeferimento da ordem nos moldes do voto do Ministro Fachin.



**PRIMEIRA TURMA**

**EXTRATO DE ATA**

**HABEAS CORPUS 126.731**

PROCED. : ACRE

**RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO**

REDATOR DO ACÓRDÃO : MIN. EDSON FACHIN

PACTE.(S) : DANIEL TAVEIRAS

IMPTE.(S) : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

PROC.(A/S)(ES) : DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL

COATOR(A/S)(ES) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**Decisão:** Por maioria de votos, a Turma denegou a ordem de *habeas corpus*, nos termos do voto do Senhor Ministro Edson Fachin, Redator para o acórdão, vencido o Senhor Ministro Marco Aurélio, Relator. Não participou, justificadamente, deste julgamento, o Senhor Ministro Luiz Fux. Presidência do Senhor Ministro Luís Roberto Barroso. 1ª Turma, 18.10.2016.

Presidência do Senhor Ministro Luís Roberto Barroso. Presentes à Sessão os Senhores Ministros Marco Aurélio, Luiz Fux, Rosa Weber e Edson Fachin.

Subprocuradora-Geral da República, Dra. Cláudia Sampaio Marques.

Carmen Lilian Oliveira de Souza  
Secretária da Primeira Turma